

CONCLUSÃO

A Arquivística técnica e descritiva que, ao longo deste século, se afirmou e desenvolveu de forma paradigmática, consolidando, afinal, o modelo historicista originado pela Revolução Francesa e depois largamente difundido, valorizou de tal forma a questão do acesso à informação, que o arquivista passou a ser, acima de tudo, um profissional especializado em gerir, para servir, informação relevante e útil aos seus utilizadores. Esta ideia reforça, nitidamente, a importância da técnica, mas mantém a disciplina - há que dizê-lo sem preconceitos - com o estatuto de “auxiliar” da investigação - hoje em dia, já não só a histórica - que no século passado foi a matriz definidora da Arquivística.

Nos tempos actuais, esta disciplina vive uma verdadeira crise de identidade, procurando ocupar um espaço a que tem direito, no vasto campo das Ciências Sociais e, aí, circunscrevendo-se à área da Ciência da Informação. Mas o reconhecimento da cientificidade da Arquivística, que passa pela definição inequívoca do seu objecto de estudo e do seu método específico, não pode deixar de pôr em causa o paradigma histórico-tecnicista dominante, embora integrando todo o património empírico acumulado no novo paradigma científico que está a despontar e a consolidar-se pouco a pouco.

O estudo que empreendemos do acesso à informação nos arquivos foi enquadrado nesta nova perspectiva científica da Arquivística e, por isso mesmo, não analisámos a questão do acesso apenas como um conjunto de procedimentos de natureza técnica destinados à prestação de um serviço eficaz. Entendemos o acesso à informação como resultado de um processo, que só pode ser verdadeiramente rigoroso se for, de facto, consequência do conhecimento da realidade arquivística, onde foi gerada, manipulada e utilizada essa mesma informação.

Nesta perspectiva, procurámos conhecer o modo como se formaram, desenvolveram e consolidaram os sistemas de informação arquivística e quais os instrumentos produzidos para possibilitar o acesso à informação ao longo dos tempos, tendo como base de trabalho a realidade do nosso País. Este conhecimento assentou numa grande diversidade de fontes de informação, como se pode ver, de seguida, pelas referências apresentadas nas “fontes e bibliografia”. Mas importa frisar que foram fundamentais os instrumentos de acesso - na sua maioria de elaboração recente - e os estudos arquivísticos, embora estes de pouca substância, pois a sua produção, além de escassa, é quase desprovida de investigação. Exceptuam-se, pela sua qualidade, alguns trabalhos a que, oportunamente, demos o devido relevo.

O estudo diacrónico desenvolvido ao longo da Parte I desta dissertação não se pode dizer que tenha sido extraordinariamente produtivo em termos do conhecimento da nossa realidade arquivística. As vicissitudes sofridas pelos arquivos portugueses, em consequência dos interesses político-ideológicos e culturais dos regimes liberal e republicano, afectaram muito negativamente a sua organização sistémica e produziram desagregações e perdas irreparáveis, condicionando o conhecimento que, hoje, se pode ter dos arquivos mutilados. Por outro lado, a referida falta de estudos de investigação constituiu, também, um grande constrangimento à análise que efectuámos. Porém, foi, porventura, ainda mais condicionante, a imperfeição dos instrumentos de acesso que têm sido produzidos por arquivos especializados e outras entidades detentoras de documentação arquivística, ou por personalidades alheias à profissão. Com efeito, os instrumentos de acesso que não representam com rigor a realidade arquivística acabam por consolidar desvios e deturpações, verdadeiramente nocivas a um conhecimento científico. Este facto ficou comprovado na análise retrospectiva que fizemos dos arquivos portugueses.

A Parte I deste estudo, apesar dos constrangimentos a que esteve sujeita, se mais não fosse, teria, pelo menos, valido a pena pelo facto de nos permitir

compreender por que é tão deficiente a nossa situação arquivística actual. Deficiente em termos disciplinares, embora neste aspecto idêntica à de outros países; deficiente em termos operativos, por razões político-económicas que têm a ver com a situação geral do País.

Para além desta visão geral que conseguimos extrair da investigação efectuada para concretizar a Parte I, foi também possível chegar a algumas conclusões significativas, que podemos sintetizar nos seguintes pontos: 1 - o deficiente conhecimento que existe dos nossos arquivos deve-se, acima de tudo, à falta de investigação nesta área, a qual, por sua vez, é consequência da visão tecnicista que tem dominado a Arquivística ao longo deste século; 2 - o estado de fragmentação dos sistemas arquivísticos - que não se verifica apenas no caso português, mas que é muito semelhante, sobretudo, ao de outros países europeus - resulta de vicissitudes históricas, nomeadamente as de cariz político-ideológico originadas pela Revolução Francesa, e do modelo de arquivo especializado que se consolidou em sua consequência; daí a desagregação sistémica dos arquivos que remontavam a épocas anteriores, especialmente os da administração do Antigo Regime e os da Igreja, e a separação artificial entre arquivos administrativos e arquivos históricos, consumada ao longo do século XX; 3 - os instrumentos de acesso à informação são inerentes à função serviço/uso de qualquer sistema arquivístico e, por isso, existem desde as origens dos arquivos, com a finalidade de recuperar a informação armazenada, verificando-se uma tendência para a sua maior complexidade à medida que a própria estrutura orgânico-funcional dos arquivos também se foi tornando mais complexa; 4 - pelo facto de constituírem uma representação da realidade, os instrumentos de acesso à informação são, em si mesmos, uma fonte particularmente importante para conhecer os arquivos no passado (arquivos desactivados) e para perceber a lógica de funcionamento dos que ainda se mantêm activos.

A Parte II do nosso estudo centrou-se, especificamente, nos instrumentos de acesso à informação. Tendo percebido anteriormente as razões que

determinam a falta de rigor e as imprecisões de uma grande maioria dos instrumentos produzidos, procurámos estabelecer um modelo teórico susceptível de servir de base para a sua elaboração, por forma a que sejam rigorosos na representação da realidade arquivística e eficazes na recuperação da informação.

Para além destas questões de base, a problemática do acesso à informação engloba também uma série de procedimentos técnicos, inerentes às várias operações que se conjugam na produção dos diferentes instrumentos. A classificação, a descrição e a indexação (aqui entendida no sentido lato de estabelecimento de pontos de acesso) têm as suas especificidades que, do ponto de vista estritamente técnico, não são distintas no âmbito dos arquivos, das bibliotecas ou de quaisquer outros sistemas de informação.

As particularidades técnicas inerentes ao acesso à informação não foram, deliberadamente, incluídas nesta dissertação, pois elas têm sido objecto de variadíssimos trabalhos. No que respeita estritamente aos arquivos, temos a consciência de que se verifica uma falta de exemplos suficientemente ilustrativos da aplicação da teoria, neste campo concreto da produção dos instrumentos de acesso. Entendemos, contudo, que tais exercícios de aplicação não teriam cabimento neste estudo, mas sim em trabalhos de cariz técnico, mais voltados para a prática.

O tratamento analítico que demos aos instrumentos de acesso publicados, respeitantes aos arquivos portugueses, e que constituem os extensos Anexos que a seguir se apresentam, teve a intenção de “cartografar” os mesmos arquivos, situando-os nas respectivas entidades detentoras (muitas vezes mais do que uma para o mesmo sistema de informação arquivística) e identificando os respectivos instrumentos de acesso, mas serviu também para criar alguma ordem no caos que encontrámos, relativamente à representação da nossa realidade arquivística. Esta tentativa de normalização direccionou-se para o estabelecimento de formas autorizadas para os nomes dos arquivos, objectivo que só em parte foi

conseguido, devido a cosntrangimentos de vária ordem, devidamente explicados nos textos que acompanham os vários Anexos.

Os resultados alcançados neste trabalho não esgotam o tema do acesso à informação nos arquivos. A realidade arquivística portuguesa carece de muita investigação para poder ser devidamente analisada e conhecida e tal pesquisa passa por estudos de casos que têm de basear-se no acervo documental dos próprios arquivos, pois só aí se podem encontrar os elementos fundamentais para produzir o conhecimento imprescindível ao desenvolvimento científico da Arquivística.

Tal como em todos os estudos de investigação, o nosso trabalho apenas cumpriu uma etapa. Os arquivistas têm pela frente um vasto campo de pesquisa que, embora se apresente cheio de lacunas e dificuldades de vária ordem, é ao mesmo tempo deveras aliciante pelo facto de ser uma área científica muito nova e pouco explorada. Com este estudo esperamos ter também conseguido abrir alguns caminhos para futuras investigações, passíveis de dignificar e consolidar este campo do saber.